

26-07-2022

PAÍS DE FOME**Bruno Chapadeiro**

[Professor Adjunto. Psicologia Volta Redonda-VPS/ICHS/UFF]

Segundo o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World (2022)* [A Situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo], da ONU, o número de pessoas afetadas pela fome no mundo subiu para 828 milhões em 2021. Os dados estão na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) do próprio organismo que pretendia acabar com a fome e a insegurança alimentar até 2030.

No Brasil, os domicílios com pessoas passando fome saltaram de 9% (19,1 milhões), em 2020, para 15,5% (33,1 milhões), em 2022. Foram 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome em pouco mais de um ano. Mais da metade da população do país (125,2 milhões) vive com algum grau de insegurança alimentar. Comparando com 2018 (última estimativa pré-pandemia), o aumento foi de 60% - dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) -.

A análise, entre novembro de 2021 e abril de 2022, considerou entrevistas em 12.745 domicílios urbanos e rurais de 577 municípios, em 26 estados e DF, medidos pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Crescimento da pobreza, inflação dos preços dos alimentos, desmonte de políticas efetivas e negacionismo do problema climático (prejuízo da produção agrícola e insegurança hídrica - realidade de 12% da população), acentuam as desigualdades e a miséria de grupos sociais em regiões mais afetadas. O flagelo da fome mais incide sobre crianças, mulheres e população negra - famílias com crianças menores de 10 anos, passou de 9,4% para 18,1%, nas casas em que a mulher é a pessoa de referência o aumento passou de 11,2% para 19,3% e 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição de alimentos. No que tange à saúde mental, Padamsey et al. (2021) expõem que, com fome, os neurônios entram em um modo de baixa potência e consequentemente processam sinais visuais com menor precisão, reduzindo a capacidade cognitiva.

O desmonte de políticas públicas, a crise econômica, o aumento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19 mantiveram mais da metade (58,7%) da população brasileira em insegurança alimentar, nos mais variados níveis de gravidade.

A fome, não à toa um dos cavaleiros do apocalipse, é, materialmente, um condicionante social de saúde. Marx dizia que o trabalho deve satisfazer primeiro as necessidades do estômago e depois as da fantasia.

Nesse sentido, segundo dados da Pesquisa Datafolha de março de 2022, 24% dos cidadãos afirmaram que, nos últimos meses, a quantidade de comida em suas casas foi menos que o suficiente.

Entre os/as brasileiros(as) que recebem até 2 salários-mínimos, a falta de alimentos afetou 35%. Mas mesmo aqueles que recebem de 2 a 5 salários relataram ter menos comida do que o necessário (13%) e de 6% entre aqueles com 5 a 10 salários. Os que melhor se alimentam, por óbvio, estão na faixa dos mais ricos: 42% dos que recebem mais de R\$ 12.120 dispunham de mais comida do que o necessário.

Podemos pensar então no fator renda como protetivo para que a fome quase desapareça onde se tem ao menos um salário-mínimo por pessoa: 67% dos domicílios com renda maior que um salário-mínimo têm acesso pleno a alimentos (segurança alimentar) garantido. Entretanto, a fome está presente em 56,7% dos lares com renda familiar menor ou igual a ¼ do salário-mínimo por pessoa - R\$ 303,00 - e que não recebiam algum benefício tal como Bolsa Família/Auxílio Brasil (a fome é uma realidade para 32,7% das famílias que recebem tais benefícios e 29,4% das que não recebem). A insegurança alimentar moderada e grave está presente em 49,1% dos lares que informaram endividamento, em 48,7% dos que venderam bens ou equipamentos de trabalho e em 55,2% nos que algum morador parou de estudar para contribuir com a renda familiar. Ainda de acordo com a rede PENSANN, há também fome em 22,3% dos domicílios com responsáveis com 4 anos ou menos de estudo e é maior nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha como agricultor(a) familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%). Já a segurança alimentar é maior nos lares onde o chefe da família trabalha com carteira assinada, chegando a 53,8% dos domicílios. Investir em empregos formais é também pensar em se ter o que comer num país chamado Brasil. Também, como sempre, há ainda as desigualdades regionais: as regiões Norte e Nordeste sofrem mais com a fome, com 45,2% e 38,4% respectivamente, relatando não ter comida suficiente nos últimos meses. Parafraseando Chico Science na canção “Da Lama ao Caos”: “Ô Josué, eu nunca vi, tamanha desgraça, quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça...”. É, Josué de Castro... a Geografia da Fome persiste!

15,6 milhões de brasileiros estão inseridos numa rotina desumana e inaceitável para obtenção de alimentos. Mais de 70% dos lares possuem dificuldade de comprar carne e mais de 60% de comprar frutas e vegetais. Em meio a essa miséria social, a agricultura familiar ajuda a alimentar o país. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 3,9 milhões de propriedades de pequeno porte, com mão-de-obra predominantemente familiar, tem participação significativa na produção dos principais alimentos brasileiros mas ocupa apenas 23% do território voltado a propriedades agrícolas. 2/3 dos trabalhadores rurais estão na agricultura familiar, o que equivale a mais de 10 milhões de pessoas (77% das propriedades agrícolas). Técnicas agrícolas tradicionais e policultura são em geral sustentáveis, porém, quem recebe todos os incentivos públicos é o agronegócio, que polui, desmata e produz basicamente milho, trigo e soja para exportação. Alinhada aos princípios do direito humano à alimentação e da soberania alimentar, a implantação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana constituiu, no Brasil, uma das metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o período 2012-2015. Está em tramitação o Projeto de Lei 303/19, que propõe instituir a Política Nacional de Agricultura Urbana e permitir o uso de terrenos da União para tal fim. Nesse sentido, Costa (2015) aponta uma estreita ligação entre a prática das hortas e as diretrizes da Promoção da Saúde visto que, entre outros motivos, cria ambientes saudáveis e reforça a ação comunitária. Enfim, voltar ao mapa da fome após tantos erros políticos, sociais e econômicos na história recente de nosso país, faz-nos lembrar do poeta Bertolt Brecht (1898-1956): “*Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado*”.

A necropolítica à brasileira é uma realidade, como a fome o é.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.